

Tecnologia de inclusão social como prática descolonizadora

Technology of Social Inclusivity as decolonizing practice

Lucia Antonela Mitidieri*

Resumo

O conceito de Tecnologia de Inclusão Social ou Tecnologia Social (TS) é uma construção teórica e epistemológica muito recente. A criação de categorias e metodologias para estudar a TS foi proposta no começo deste século, a partir de uma importante revisão bibliográfica das críticas às Tecnologias Apropriadas, das contribuições da Filosofia da Tecnologia, da economia e da sociologia da inovação e da crítica à Política de Ciência e Tecnologia da América Latina. O discurso de TS, no entanto, “circula” desde o ano 2001 pela sociedade, nas instituições e no trabalho de certos acadêmicos, principalmente no contexto Brasileiro, a partir da definição proposta pela Fundação do Banco do Brasil (FBB). As práticas de TS, por outra parte, não são novas. As comunidades têm desenvolvido formas de relacionamento com seu entorno desde muito antes que essas foram conceituadas como tal. A discrepância entre a teoria puramente discursiva e a teoria imbuída de práticas gerou interesse em compreender como as categorias são acionadas em contextos e por atores diferentes. Para tal fim será analisado o discurso de TS da FBB e contrastado com uma experiência de TS não institucional, com potencial emancipatório muito forte, para chegar a compreender como teoria e práticas se complementam na produção de conhecimento.

Palavras-chave: Tecnologia Social, emancipação, inclusão social, processo sócio-político.

Abstract

The concept of Technology for Social Inclusion or Social Technology (ST) is a very recent theoretical and epistemological construction. The creation of categories and methodologies to study the Social Technology was proposed at the beginning of this century, based on an important bibliographical revision of Criticisms of Appropriate Technologies, the contributions of the Philosophy of Technology, the economics and sociology of innovation and from the critique of Latin American Science and Technology Policy. The Social Technology discourse, however, has been circulating since 2001 by society, in the institutions and in the work of certain academics, especially in the Brazilian context, based on the definition proposed by the Foundation of the Bank of Brazil (FBB). Social Technology practices, for their part, are not new. Communities have developed ways of relating to their environment long before they were conceptualized as such. The discrepancy between purely discursive theory and the theory imbued with practices has generated interest in understanding how categories are trigger in different contexts and actors. For this purpose, the FBB Social Technology discourse will be analyzed and contrast with a non-institutional ST experience, with very strong emancipatory potential, to arrive at an understanding of how theories and practices complement each other in the production of knowledge.

Keywords: Social technology, emancipation, social inclusion, socio-political process



Introdução

Práticas preexistentes, práticas processuais e práticas emergentes compõem o arcabouço teórico da Tecnologia de Inclusão Social. Pode soar um tanto contraditório, no entanto, eu parto de um postulado muito radical: a Tecnologia de Inclusão Social (TIS) é uma prática descolonizadora. Mas, porque afirmar com tanta veemência isso? Será que não é querer essencializar^[1], como coloca Brah (2006), a especificidade de uma experiência social?

Obviamente não é a minha intenção mitificar o poder emancipatório das práticas que aqui considero como TIS e também não dar uma definição fechada e lacrada do que elas significam, já que a principal característica que a faz emancipadora é a de ser um processo, e como todo processo, este é incompleto. Porém, seria mais para falar em estratégias do que em soluções, e em contribuições do que em reaplicações. Certos discursos, no entanto, difundem a ideia de que a TIS pode ser considerada um produto tecnológico, ou bem técnicas, ou metodologias que, reaplicadas, alcançariam efetivas soluções de transformação social, quando, na verdade, não se trata de um ou outro, senão todas essas características juntas num processo que se complementa com práticas descolonizadoras, como pode ser a organização e gestão em rede ou a democratização de conhecimentos. Mas no momento em que os discursos são acionados pelos grupos dominantes os essencialismos se convertem em verdades e, nas palavras de Foucault, “na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 1970, p.19).

Transitando dois contextos de uma forma bastante particular, no Brasil na ordem do discurso e na Argentina na ordem das práticas, fui descobrir que os conceitos que circulavam nas academias eram acionados de formas diferentes. O termo de Tecnologia Social (TS) no Brasil é bastante conhecido devido à ação do Instituto de Tecnologia Social (ITS), uma organização da sociedade civil de interesse público que funciona desde o ano 2000, e que realizou no ano 2004, uma pesquisa do próprio itinerário do conceito de TS envolvendo a vários atores. Ao mesmo tempo, a Fundação do Banco do Brasil (FBB) criou no ano 2001 um banco de TS com o objetivo de promover e premiar práticas de inclusão, desenvolvimento e transformação social. Faz-se interessante analisar esses discursos de maneira conjunta porque, além de terem várias diferenças, principalmente no que respeita à profundidade com que é tratado o conceito de TS, por sua legitimidade e institucionalidade

[1] A crítica pós-colonial que Brah faz, se refere à recorrência do problema do essencialismo: isto é, “uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais”. BRAH, 2006, p 3

são uma referência para o todo o Brasil. Para analisar o discurso, me apoio nas falas de Dagnino (2004) e Thomas (2009), uma dupla de pesquisadores que há vários anos vêm discutindo o marco teórico-conceitual da TS tanto no Brasil como na Argentina e que, casualmente, foram convidados num Fórum de TS realizado em novembro de 2017 em Brasília, organizado pela FBB e o ITS.

A prática por mim experimentada na Argentina como colaboradora do Programa “Habitat e Cidadania” (PHyC) da Universidade Nacional de Mar del Plata me permite falar desde o lugar dos fatos e percorrer um itinerário conceitual diferente para discutir os termos de baixo para cima, como a socióloga aymara, boliviana, Silvia Rivera Cusicanqui (2010, 2015) propõe. Segundo ela, é importante escapar dos discursos classificados como descolonizadores que muitas vezes não perpassam o limite das palavras. Se faz necessário olhar para as práticas como produtoras de conhecimento, dado que as palavras às vezes se voltam cárceres onde não temos outra opção do que repetir o que já foi dito, porque as instituições nos tornam reprodutores e não criadores (RIVERA C., 2015).

A partir disso certas problematizações pretendem pôr em dúvida os discursos, para sustentar a hipótese de que são as práticas as que vão a produzir a descolonização e não somente as palavras. O que significa o conceito de Tecnologia Social ou Tecnologia de Inclusão Social? E, aliás, como é que as categorias que o definem estão sendo acionadas? Em quais contextos, por quais atores, desde quais posicionamentos? Essas indagações significam para mim uma experiência de crescimento no que respeita aos itinerários e constructos de um determinado conceito que ao ter sido incorporado pela prática — pelo trabalho num território com problemas e soluções específicas —, as teorias que se criam nesse processo são tão próprias desse contexto que só ali cobram sentido. No entanto, as categorias são acionadas em contextos e lugares diferentes por atores ou discursos diferentes, o que me leva a pensar, seguindo a fala de Bhabha (1996), que essas categorias não podem ser encaixadas em molduras universalizadas, e ainda menos reduzidas a emblemas fixos ou totalizadores.

Me interessa debater as razões pelas que a TIS é entendida como uma prática descolonizadora, quando, de fato, o que agora é nomeado dessa forma, sempre foram práticas. Para isso, a trajetória sócio-técnica de um espaço comunitário que ainda está em andamento, é apresentada aqui com o propósito de confrontar os discursos da FBB e do ITS que serão analisados numa primeira instância. Se pretende demonstrar que

o produto e a replicação do mesmo, tal como o discurso da FBB propõe, não são os que iram gerar a transformação, senão, pelo contrário, seria o processo contendor de práticas emancipatórias, o que nos permite fugir dos essencialismos que permeiam o discurso institucional hegemônico.

Tecnologia social do grupo dominante contra tecnologia de inclusão social do território? Penso que esses questionamentos podem nos ajudar a encontrar o lugar de fala que Hall (1996) nos incita a descobrir e que, inexoravelmente nos leva a vislumbrar o posicionamento político adotado por quem aciona, atua, pratica ou simplesmente pronuncia.

Na ordem do discurso

O discurso instituído e instituinte: A Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil.

Em novembro de 2017, aconteceu em Brasília o Fórum internacional de Tecnologia Social, organizado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) em parceria com várias organizações nacionais e internacionais, e a curadoria do Instituto de Tecnologia Social (ITS). Além de colocar em debate a perspectiva do futuro da Tecnologia social, o Fórum tem por objetivo efetivar a cerimônia de entrega do Prêmio FBB de Tecnologia Social. O fato deste Prêmio se tratar de um dispositivo acionado ao nível internacional com o propósito de legitimar certas práticas, especialmente a categoria da Tecnologia Social merece um esforço para entender o seu significado.

O Prêmio consiste em uma compensação econômica para a TS que será avaliada segundo critérios de uma verdadeira inovação social, de técnicas e metodologias desenvolvidas em interação com a comunidade onde o que importa, essencialmente, é que sejam reprodutíveis. Ao ser premiada, porém, certificada (carimbada como uma Tecnologia para a transformação), essa TS passa a formar parte do Banco de TS, uma base de dados que apresenta “soluções para demandas sociais”, utilizado como uma ferramenta de disseminação para o fomento de replicação de TSs.

Agora bem, qual é o conceito de TS que a FBB está acionando, legitimando e disseminando?

Em 2004, três anos depois de ser criado, o ITS desenvolveu uma proposta interessante, sugerindo, a partir de encontros e seminários, uma sistematização do conceito de TS que até então vinha sendo utilizado

[2] Foram estudados os documentos disponíveis na web sem data anunciada mas pode se supor que regem desde a criação da FBB no 2001. As definições de TS, as especificidades do Prêmio de TS, o Banco de TS no site da FBB e o regulamento para participar do prêmio que oferece informações um pouco mais detalhadas podem ser consultados aqui: <http://tecnologia-social.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/premio-fbb-de-tecnologia-social/o-que-e-o-premio-fbb-de-tecnologia-social.htm>

de forma difusa-confusa. Um ano antes, em 2003, tinha sido aprovado o projeto do Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social com o objetivo de identificar, conhecer e disseminar práticas de TS a partir de duas linhas de ação: um mapeamento nacional de TSs produzidas e/ou utilizadas por ONGs e a realização de encontros para discussão e sistematização de conhecimentos sobre TS.

A partir da análise dos relatórios dessas atividades, dois questionamentos, colocados pelo próprio ITS merecem ser destacados: “Por que falar de TS? Será que não é inventar um novo nome para práticas antigas?” (ITS,2004, p.122), perguntas que no relatório são respondidas alegando ao lugar desde onde essa discussão é proposta: o universo das ONGs. O objetivo de dar um novo nome às ações que estavam sendo feitas pelas ONGs em interação com a população e que à falta de visibilidade, ficavam circunscritas nos espaços onde elas ocorriam, foi uma das motivações deste instituto para contribuir na reflexão sobre o conceito. O motivo de “[...] legitimar as ONGs junto ao sistema de CT&I, permitindo que tenham acesso a recursos” e “contribuir para a melhoria das práticas de intervenção” (ITS,2004, p.123) ao organizar e disseminar experiências de TS, é mencionado aqui por ter na sua proposição uma grande semelhança com o objetivo do Banco de TS da FBB. De fato, uma das condições para participar do Prêmio, é ser uma instituição legalmente constituída sem finalidades lucrativas. As semelhanças, mas também as contradições entre os objetivos do ITS e os do Banco de TS são as razões que me fazem questionar a vinculação e o grau de autonomia entre uma entidade e outra.

Outro dos objetivos do Banco de TS, por exemplo, é a questão da replicação, alvo central desta organização, que exige que as TSs propostas por essas ONGs sejam “[...] reprodutíveis, proporcionem o efetivo desenvolvimento social e que possam ser adaptadas a diferentes realidades” (FBB,2017, p.5). Em contrapartida, alguns dos trechos do relatório do ITS dão conta de que não se pretende transformar tais experiências em modelos replicáveis assim como também não as sistematizar, o que se procura fazer é identificar quais são os aspectos determinantes que a tornam uma solução e como as instituições encontram instrumentos para desenvolver esses aspectos (ITS, 2004).

Faz todo sentido pensar que as TS não podem conceber-se como modelos reprodutíveis, já que as necessidades e a forma de entender os problemas e suas soluções vão depender de cada grupo social. O problema da fome, por exemplo, vai ser diferente no Brasil ou na China, e a solução de

moradia pode variar da Argentina para os Estados Unidos, ou depender das capacidades que os diferentes grupos dispõem para resolvê-las. A TS, então, não pode ser pensada como algo que é produzido num contexto, para ser colocado num catálogo de boas práticas replicáveis — na forma de aplicativo em celular — e reproduzido em outro contexto completamente diferente com outros atores, outros problemas e outras formas de conceber as relações entre tecnologia e comunidade. Segundo Thomas (2017), há conflitos que vêm dos supostos cognitivos baixo os que se desenham as tecnologias. Soluções conceituais respondem, através de diferentes estratégias, a problemas diferentes em diferentes partes do planeta. Ter instrumentos técnicos e metodológicos para abordar esses problemas é útil, mas tecnologias pontuais não resolvem problemas sistêmicos. A “solução”, propõe ele, talvez não seja um instrumento para ser acionado, mas sim a concepção de sistemas tecnológicos sociais, onde seja possível construir uma aliança sócio-técnica planejada (para o funcionamento de TIS) para ir contra a aliança sócio-técnica do problema (aliança rival), o que pode ser caracterizado como “resistência sócio-técnica” (THOMAS, 2017).

O essencialismo que traz consigo a ideia de reaplicação diz muito de como as “necessidades” são construídas e representadas nos discursos, uma questão sobre a que Brah (2006) insiste para estarmos atentos. Para a FBB importa essencialmente que esse quesito seja cumprido para poder disseminar TS, quando, na verdade, a vontade de disponibilizar essas práticas não é nada inocente. A criação de um banco que apresenta soluções para demandas sociais segue uma ideia irreal de que pode haver uma “oferta” e uma “demanda” de tecnologia, e, ao mesmo tempo, representa uma ferramenta que poderia ser acionada por qualquer pessoa, só que no caso, o banco se compõe por TS próprias de instituições. Porém, a estratégia de implementação é bastante imprecisa (ou não) e segue uma ideia simplista e utópica para alcançar a transformação social, onde os atores que usariam essas informações, pelo fato de pegar uma ideia inovadora e replicá-la a sua realidade, seriam simples usuários e não agentes ativos num processo de construção sócio-técnica (DAGNINO, 2004). O referido banco, no melhor dos casos, acaba sendo um museu de TS (THOMAS, 2017), e no pior, uma forma de dominação, já que no momento de financiar projetos sob regulamentos e certificações criadas por eles mesmos, estão legitimando uma forma de conceber tecnologia que, por mais que seja baseada em fundamentos inclusivos, não deixa de ser uma forma de incluir, excluindo. O campo de disputa pela satisfação de necessidades é um campo de

conflitos, de exercícios de poder (FIGUIREDO, 1989), onde é necessário se perguntar: inclusão em que y para quem?

O caráter ideológico da ciência^[3] e a tecnologia é extensamente analisado pelos autores citados acima, colocando-a como não neutra e não autônoma, quer dizer, controlada pelo homem e igualmente condicionada por valores. Mas nem todos os processos e produtos tecnológicos se regem por esses aspectos e até existe a crença de que a tecnologia pode ser independente de situações e interesses concretos. O suposto de que as tecnologias têm uma lógica funcional autônoma, que pode ser explicada sem referência ao seu contexto político, social e cultural é denominado por Feenberg (2010), determinismo tecnológico. Sendo um processo condicionado pela complexidade social dos contextos onde é produzida e consumida, a tecnologia jamais poderia ser uni-direcional ou uni-proposital, apesar de assim apresentar-se em certas esferas produtivas, científicas ou políticas. A base cognitiva da TS pretende romper com a neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico, independentemente de como seja “ativada” pelos diferentes agentes, o que não quita que às vezes acabe caindo numa visão homogênea dos efeitos “benéficos” que produziria na sua reaplicação. A “interação com a comunidade [...] na participação coletiva do processo de organização, desenvolvimento e implementação” (FBB, 2017, p.3), dão conta da não neutralidade desta TS que, influenciada por um contexto social específico, é desenvolvida junto aos agentes que irão melhorar as suas condições de vida, e ao consegui-lo obteriam inclusão e transformação social. Por outro lado, no que respeita à persecução desses preceitos, se explicita que produtos, técnicas ou metodologias inovadoras serão aplicadas, ou desenvolvidas, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e participação da população. O impulsor (gestor, desenvolvedor) dessas ações, ao contrário do discurso do ITS que explicita que é proposto por ONGs, neste caso não se esclarece, mas queda implícita a posição de enunciação instituída — e instituinte — de uma Fundação que “inventa” um lugar de fala para ser acionado politicamente. Nas palavras de Rivera Cusicanqui, referindo-se ao arcaísmo das elites, “[...] a retórica da igualdade se converte numa caricatura que encobre privilégios políticos e culturais tácitos [...]” (2010, p.3, tradução nossa)^[4], o que se reflexa na missão da FBB, “melhorar a vida das pessoas, promovendo a inclusão socioproductiva, o desenvolvimento sustentável e as tecnologias sociais” e na sua visão de futuro, “ser reconhecida pela sociedade como principal articuladora do investimento social privado e parceira de políticas públicas”^[5]. Assim

[3] FIGUIREDO, 1989; DAGNINO, 2004; THOMAS, 2009.

[4] No original: “[...] la retórica de la igualdad y la ciudadanía se convierte en una caricatura que encubre privilegios culturales y políticos tácitos [...]”. RIVERA CUSICANQUI, 2010, P.3

[5] Fundação Banco do Brasil, sobre nós. https://www.fbb.org.br/pt-br/?option=com_k2&view=item&layout=item&id=37/#apoio-projetos

apresentado, será que investimento social quer dizer financiamento assistencialista e desenvolvimento sustentável, crescimento econômico?

A necessidade de acreditar numa técnica, metodologia ou produto para a satisfação das necessidades, acaba por reduzir o conteúdo emancipatório e libertador que o próprio processo traz. Isso não quer dizer que o processo não seja tido em conta, mas de certa forma, ao não explicitar como deveria ser organizado, projetado e certamente efetivado leva a pensar que a TS da FBB tem ainda resquícios da Tecnologia Apropriada (TA), que foi proposta nos anos 70 desde países centrais para os países “periféricos”. Na TA, o foco estava colocado no produto, com uma clara visão normativa, mas com um discurso de transformação semelhante no que respeita ao emprego de tecnologias alternativas que pudessem, por si só, trazer a mudança do contexto em que elas operam. (DAGNINO, 2004, p.56). Foi sobre o estudo dessa base que Dagnino propôs o conceito de Adequação Sócio-Técnica (ATS) para operacionalizar a TS, com o objetivo de aportar ao marco teórico conceitual uma dimensão processual. A ATS pode ser entendida como a conversão de um artefato tecnológico em um processo adequado aos interesses políticos de grupos sociais relevantes distintos daqueles que o originaram. Assim, a operacionalização do processo nas condições dadas pelo ambiente específico onde irá ocorrer, e cuja “cena final” depende dessas condições e da interação passível de ser lograda entre os atores envolvidos, levariam a considerar “a TS é em si mesma um processo de construção social, e, por tanto, político” (DAGNINO, 2004, p.51), ficando o resultado, ou seja, o produto, num segundo plano. A superficialidade com que o processo é tratado pela FBB se configura como um dos reducionismos que seria necessário superar, que, nessa tecnologia condicionada por valores, a ATS atuaria de-construindo os paradigmas convencionais de outras tecnologias como a convencional ou a apropriada, as quais seriam re-projetadas em TS.

Na ordem das práticas

“É o povo na arte, é arte no povo

E não o povo na arte, de quem faz arte com o povo”

Trecho da música “Etnia”, de Chico Science, Nação Zumbi. 1996

Para falar em práticas descolonizadoras primeiro teríamos que entender

grande parte morando em condições de extrema pobreza. Devido à posse ilegal da terra e à recente ocupação, há diversas carências de serviços básicos no bairro: eletricidade, saneamento, pavimentação, oferta de transporte público e instituições de saúde, educação ou recreação.

[7] O trabalho do Programa HyC- UNMdP iniciou-se em 2013, na intervenção de casos de resgate habitacional implementando TIS, gerando, a partir de suportes processuais, um impulso em famílias que se encontravam numa vulnerabilidade de muito grande de direitos humanos básicos. Além dos casos de resgate habitacional, o PHyC tem feito intervenções na gestão urbana como conexões elétricas seguras, abertura de ruas e impulsos para empreendimentos relacionados a componentes de moradia.

de onde essas práticas provêm. Ao analisar o processo de tecnologia de inclusão social encontramos que ele não somente se nutre de práticas sociais existentes senão que, pela forma de ser concebida processualmente a tecnologia gera práticas nesse processo, no qual, ao mesmo tempo, vão se construindo outras, emergentes.

No ano 2015, um grupo de monges chega ao bairro Nuevo Golf, Mar del Plata, Argentina, para colaborar com um projeto de produção de blocos para construção, que uma empreendedora local estava realizando com o apoio de estudantes de engenharia. Na frente do empreendimento produtivo, atravessando a rua, uma mulher, a mãe da empreendedora, com duas filhas pequenas amassava pão para ser vendido na rua. Acontecia, dia traz outro, que ela voltava para sua casa sem um pão. A maioria deles eram vendidos, mas também oferecidos ante os pedidos de crianças com fome. A realidade do bairro, um assentamento relativamente novo^[6], é bastante crítica desde o seu surgimento no ano 2001 até agora, além das carências em infraestrutura e moradia ainda outra mais grave se vivencia: o problema da má alimentação. São oito os restaurantes populares que se alternam para oferecer um prato de comida ao longo da semana, e são entre 40 e 60 crianças que assistem regularmente, do número aproximado de 1000 famílias que compõem o assentamento.

A dinâmica e sinergia gerada pela presença ativa do grupo de pesquisa^[7] e grupos de voluntários no empreendimento de blocos, fez com que Andrea, a mulher que fazia e oferecia pão, tomasse coragem para proporcionar um leite às crianças que se acercaram ao canteiro de obras a brincar e colaborar com as atividades. Com a ajuda dos monges que participaram num tempo curto (logo foram aparecendo novas organizações para apoiar o projeto), mas crucial para o desenvolvimento dessa atividade, todas as quintas-feiras era oferecido um leite na casa de Andrea, porém, as crianças foram se acostumando com que nesse ponto do bairro iam conseguir se alimentar esse dia. O que tem de significativo de uma ação solidária como tantas outras é que as práticas que timidamente estavam dando resposta a uma situação problemática foram o ponto de partida para a co-construção de um espaço que conteria outras práticas. A tecnologia de inclusão social serviu, como em outros casos do mesmo bairro, como estratégia e como metodologia para a resolução de um problema que tinha sido detectado junto com os vizinhos que, ultrapassando a falta de uma alimentação adequada, existia a necessidade de ter um espaço de contenção para jovens. Indicando, como aponta Dagnino (2004, p.38) que a própria definição

[6] O bairro Nuevo Golf é um dos maiores assentamentos precários da cidade de Mar del Plata, localizado na periferia Sudeste desta cidade de porte médio. Trata-se de terras privadas que desde o ano 2010 foram sendo ocupadas e na atualidade são mais de 1000 famílias, uma

do problema frequentemente vai mudando ao longo do processo de sua solução, destacando que na construção social da tecnologia, e não processo autônomo, endógeno e inexorável como o concede o determinismo, o conteúdo é muito mais importante do que o produto final.

Assim, as práticas existentes de sobrevivência de um grupo familiar se transformaram em novas práticas de abrigo, de alimentação e de inclusão ante problemáticas que abrangem ao bairro inteiro. Por outro lado, também surgiram novas práticas de projeto, gestão e construção participativa de um espaço comunitário assim como de organização e manutenção. O desenvolvimento dessas práticas foi possibilitado pela criação de redes e alianças sócio-técnicas para as diferentes instâncias de solução do problema. Dessa forma, relações entre diversos atores dão lugar à criação de uma rede de integração territorial que atua em vários níveis: conceituais, institucionais, técnicos e políticos e constitui uma alternativa de gestão por ser articuladora de diversas territorialidades ao reformular-se a questão da “agência” nas experiências e nos processos, tal como Brah propõe:

O “eu” e o “nós” que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas (BRAH, 2006, p.361).

O conceito de aliança sócio-técnica das TIS é pertinente para transcender o equívoco de que a inclusão é somente numa direção, nem de baixo para cima e também não de cima para baixo, já que implica entendê-la como uma “interação” (CACOPARDO et al., 2017), convergência de elementos heterogêneos: saberes, instituições, pessoas, territórios, empresas, etc., que interagem num marco de acordos, conflitos e resistências. Nesse sentido, a adequação sócio-técnica implicaria pensar na dimensão processual e de reprojeto do já existente para que a TS possa ser uma contenção dessas práticas. A aliança sócio-técnica, por sua parte, significa uma forma de agir nesse processo (redes) para dar solução a um problema específico, e a resistência sócio-técnica diz respeito às práticas que se criam e recriam nesse processo, de crescimento e construção conjunta de aprendizados.

Não é meu interesse comentar aqui as especificidades dessas práticas^[8], mas sim chamar a atenção para olhar para elas como produtoras de

[8] Cf. CACOPARDO et al., 2017.

conhecimento. Muito se ponderou na sessão anterior de como a aplicação de uma técnica ou metodologia poderia trazer inclusão e transformação social, mas, como aponta Cacopardo (2015), não há TIS sem territórios específicos. Necessariamente essas ações têm que vir acompanhadas de um processo, um processo sócio-político, e não são só processos de resolução técnica ou tecnológica. Isso significa que as especificidades sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas dessas práticas são extremamente importantes, pois, é nelas que está a chave para fazer com que as TIS sejam territorializadas. Ao serem criadas sob as particularidades de cada lugar, de cada agência e com os conhecimentos que cada ator pode trazer desde a sua condição e classe social, facultam o desenvolvimento de certas experiências que permitem produzir saberes de uma forma muito mais democrática. É um modo de conceber “tecnologias com teoria crítica” (FEENGBERG, 2010) como estratégia de uma forma integral de questionar e abordar um problema social, com todas as complexidades, articulações e negociações que isso implica e, ao mesmo tempo, a multiplicidade de atores necessária na produção de saberes. “A teoria crítica da tecnologia sustenta que chegou o momento de estender a democracia também à tecnologia” (FEENGBERG, 2010, p.48). Processos dialéticos e contínuos, processos participativos e inclusivos, permitem a criação de novos valores (demandas éticas forçadas a procurar voz discursivamente, salienta Feengberg) a partir de arranjos técnicos mais democráticos. Todavia, seguindo o raciocínio de Feengberg (2010): Como compreender e empreender a transformação, ou seja, democratizar a tecnologia? A operacionalização dessa tarefa se produz mediante a conformação de alianças sócio-técnicas, coalizões de elementos heterogêneos (humanos e não-humanos) associados à tecnologia e formadas em torno dos atores com ela envolvidos.

Discursos colonizados, práticas descolonizadoras.

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação.

Educação como prática da liberdade. Paulo Freire, 1967

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência para não cair

num mero ativismo, e também não ficar somente no extremo oposto, dos discursos vazios, que acabam essencializando ou reduzindo o potencial emancipador que um processo sócio-político e tecnológico pode trazer. O discurso acaba caindo também numa ação colonizadora se não estiver acompanhado por práticas. O acento está colocado nas práticas como construtoras de conhecimento, são práticas teóricas (RIVERA C., 2014).

O que tem de diferente nesta configuração é a vontade de querer romper com a preeminência da produção de conhecimento unicamente institucional — hierárquica — que até agora rege, e de querer legitimar outras formas de conhecimento tão válidas como as hegemônicas. Está acontecendo o que Zibechi (2006), jornalista pesquisador de movimentos sociais, apresenta como um grande desafio por tratar-se de um giro epistêmico de como estão se concebendo as ideias, fruto de uma série de intercâmbios e aprendizados produzidos desde outros posicionamentos, “situações/lugares” de “pobreza/exclusão”.

Essa atividade teórica tem não apenas outros lugares de enunciação, e outros sujeitos que a pronunciam, também implica outros pressupostos que perturbam ou revoltam as relações binárias tradicionais: sujeito-objeto, racionalidade-afetos, ciência-mito, passado-presente; divisões fundamentais para o pensamento ocidental centrado no estado

(ZIBECHI, 2006, p.144, tradução nossa)^[9]

A validação de práxis que esses discursos outros estão expondo, trata-se da legitimação de uma produção de conhecimento concebida na interação de formas de circulação e tradução de experiências, práticas e saberes diversos que se desenvolvem numa simultaneidade de articulação de processos, entre a análise e as práticas de co-construção.

Ao mesmo tempo, conhecer os paradigmas dominantes também se torna uma tarefa útil, uma prática que implica um binômio fatal, segundo Hall (1996), o conhecer-poder de Foucault, no posicionamento do Outro num regime de representação. Pode ser entendido como um ativo que se incrusta e internaliza em cada subjetividade, o colonialismo interno (CASANOVAS, 1969, apud RIVERA C., 2010) dos grupos detentores de poder que sujeitam aos “outros” (indígenas, afrodescendentes, periféricos, excluídos) a um conhecimento fixo, original-inovador-, que eles mesmos “resgatam”, — nessas de bons samaritanos — nas academias, ou tanto nas instituições nacionais como internacionais, o que, no final das contas

não deixa de ser mais uma forma de dominação.

Grupos hegemônicos que pretendem legitimar um tipo de Tecnologia Social, constroem discursos que se auto-proclamam intérpretes das necessidades, mas ao fazer “arte com o povo”, evocando a alegoria com a música de Science, não estão transformando as estruturas coloniais/neoliberalistas de relação entre as personas, senão reproduzindo-as. Ao que Fanon (1998) ajuda complementar aludindo aos discursos de palavras mortas. “Esses valores que pareciam enobrecer a alma revelam-se inúteis porque não se referem ao combate concreto no qual o povo está engajado” (FANON, 1968, p.35). No entanto, dentro desses discursos há matizes, como num caleidoscópio, depende da arista e da luz com que é olhado, se enxergam diferentes realidades e diferentes pontos de vista, nada é completamente branco ou completamente negro. O esforço por olhar, examinar de uma forma distinta o que é instituído e a maioria das vezes internalizado, tem a ver com uma superação dos regimes discursivos que operam definindo, qualificando, classificando e emoldurando práticas e necessidades sociais e que, ao mesmo tempo, escondem paradoxais bandeiras de luta.

Por isso, a decisão de focar no discurso da FBB e só citar o ITS como órgão responsável pela difusão e concepção do termo com e na sociedade, tem a ver com o nível de engajamento deste último no desenvolvimento de TS e da profundidade com que isso é abordado. Ainda assim, há questões que faziam me questionar a real atuação dessa instituição, como a grande vinculação com a FBB, trazendo talvez uma questão de assistencialismo oculto. Pensando junto com Fraser (2002), “O neoliberalismo doura a pílula ao elaborar a narrativa do empoderamento”, ou no caso, como um discurso, uma prática completamente anti-capitalista pode se converter numa ambivalência tal que acabe apoiando o desenvolvimento neoliberalista, contribuindo até para a acumulação de capital.

A minha pesquisa me indica que o Instituto tem uma visão muito mais além do que a FBB dissemina como TSs e sobretudo uma atuação muito mais significativa. Desde suas ações como desenvolvedor de políticas públicas, gestor de empreendimentos, aponta a importância de co-construir conhecimento, e destaca o papel importante de um ator que produz tecnologia social: o povo. Certamente penso que posso estar errando ao querer pô-lo no mesmo nível de análise que o da FBB, mas mesmo assim não me mortifico por, pelo menos, tentar questionar as verdades que se afirmam.

[9] No original: “Esta actividad teórica tiene no sólo otros lugares de enunciación, y otros sujetos que la pronuncian, sino que conlleva otros presupuestos que trastocan o insubordinan las relaciones binarias tradicionales: sujeto-objeto, racionalidad-afectos, ciencia-mito, pasado-presente; escisiones fundantes para el pensamiento occidental estado-céntrico.” ZIBECHI, 2006, p.144.

O poder está no coração de qualquer processo de transformação, poder que pode servir tanto à dominação como à emancipação. Porém, trabalhar numa descolonização prática, vai nos permitir conceber práxis produtora de teoria crítica com a qual projetar e desenvolver tecnologia que possa gerar inclusão, não unicamente nas caixinhas da inclusão nos circuitos sócio-produtivos para a melhoria da qualidade de vida e transformação da sociedade, senão a inclusão como prática, de colaboração, solidariedade, cooperação, criadora de poderes outros, que faça ressurgir o sentido e a busca pela liberdade.

Essa resistência prática tem um ritmo, que se contrapõe com aquele que se nos impõe o tempo todo. Pensar em resistir a essa velocidade vai nos permitir construir outro tipo de vínculos e valores ligados ao 'auto', e isso só vai ser possível adotando outras temporalidades nesses processos de co-construção. Assim, lenta e processualmente será possível conquistar a soberania? Acredito que são caminhos possíveis de serem transitados dessa forma na busca de melhores direitos humanos e distribuições de recursos materiais, de dignificação da existência humana e principalmente na geração de novos espaços de liberdade.

Referências:

BHABHA, Homi, **O Terceiro Espaço**. Entrevista de Jonathan Rutherford, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 35-41, 1996.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos do Pagu, n. 26, p. 329-376, 2006.

CACOPARDO, Fernando Alfonso. “¿Cómo cruzar el abismo? **Urbanización popular y tecnologías sociales como prácticas urbanas**”. In: NUEVOS DEBATES EN FILOSOFÍA Y CIENCIA POLÍTICA: XV Jornadas Nacionales de Filosofía y Ciencias Políticas. Universidad Nacional de Mar del Plata, Facultad de Derecho, 2015.

CACOPARDO, F. A.; BLANCO PEPI, M.; ISPIZUA, J.; MELIAN, I.; MITIDIERI, L. A. **Urbanización popular y tecnologías de inclusión social: aportes al campo de la gestión urbana en territorios de extrema exclusión. Asentamiento barrio Nuevo Golf, Mar del Plata, Argentina, 2012-2017**. Anais eletrônicos. Seminario UrbBA 17, Salvador, 2017. Disponível em < https://docs.wixstatic.com/ugd/44c1bf_790ff49296d041ef8ff54ef18ac82d4e.pdf > Acesso em 15 ago 2018.

DAGNINO, R; CRUVINEL BRANDÃO, F; TAHAN NOVAES, H. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. Tecnologia social. Uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. p.15-65, 2004

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1968.**

FEENBERG, Andrew. **Racionalização democrática, poder e tecnologia**. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. Brasília, Vol. 1. Número 3, 2010.

FIGUIREDO, Vilma. **Produção social da tecnologia**. São Paulo, EPU, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France. Ed. Loyola, 1970.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p.7-20, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, n. 24, p. 68-75, 1996. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8697>> Acesso em 15 ago 2018.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. Tecnologia Social. Uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. p. 103-117, 2004.

OLIVERA Pena de, J, MELLO, C, J. **Tecnologia social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e aplicação de soluções sociais efetivas. Tecnologia social. Uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. p. 83-89, 2004.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Ch'ixinakax utxiwa. **Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires, Tinta Limón, 2010.

THOMAS, Hernan. **Sistemas Tecnológicos Sociales y Ciudadanía Socio-Técnica. Innovación, Desarrollo, Democracia**. Iº Encuentro Internacional de Culturas Científicas y Alternativas Tecnológicas. Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva de la Nación, Buenos Aires, p. 65-86, 2009.

ZIBECHI, Raul. **La emancipación como producción de vínculos. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Ceceña, Ana Esther (comp). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. p. 123-149, 2006.

Web:

BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS. Fundação Banco do Brasil. Disponível em: < <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/principal.htm> > Acesso em 27.dez 2017.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: < <https://www.itsbrasil.org.br/cartilha-para-entender> > Acesso em 08.Feb 2017.

Imagens em movimento:

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Conversa del Mundo - Silvia Rivera Cusicanqui y Boaventura de Sousa Santos**, ALICE CES, La Paz, Bolivia, 2014, 129 min. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU&t=678s> > Acesso em 03.dez 2017.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Prácticas y discursos descolonizadores, Cristian Rasgado, Oaxaca, México, 2015**, 87 min, Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=dJU1DfUWo3c&t=2606s>> Acesso em 03.dez 2017.

THOMAS, Hernan. **Fórum Internacional de Tecnologia Social**. Fundação Banco do Brasil, Brasília, 2017, 120 min. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=zFZIP276kNc&t=6050s> > Acesso em 12.maio 2018.

* **Lucia Antonela Mitidieri** Formada em Arquitetura pela Universidade Nacional de Mar del Plata (UNMdP). Pesquisadora do Programa "Habitat y Ciudadanía" (PHyC) da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo y Diseño, (FAUD-UNMdP). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisadora colaboradora do Laboratório de Justiça Territorial, (LabJuta-UFABC).

Ilustração de abertura do artigo produzida pelo bolsista indisciplinar
Raul Lemos dos Santos